

Entenda por que venda do Consórcio Guaicurus pode mudar o rumo da intervenção em Campo Grande

Se negociação com empresa goiana for fechada, auditoria deixará de buscar o fim do contrato e passará a ser apenas um relatório de encerramento.

Por Ana Karla Flores, g1 MS
28/07/2026 20h42 · Atualizado há 11 horas



Ver resumo



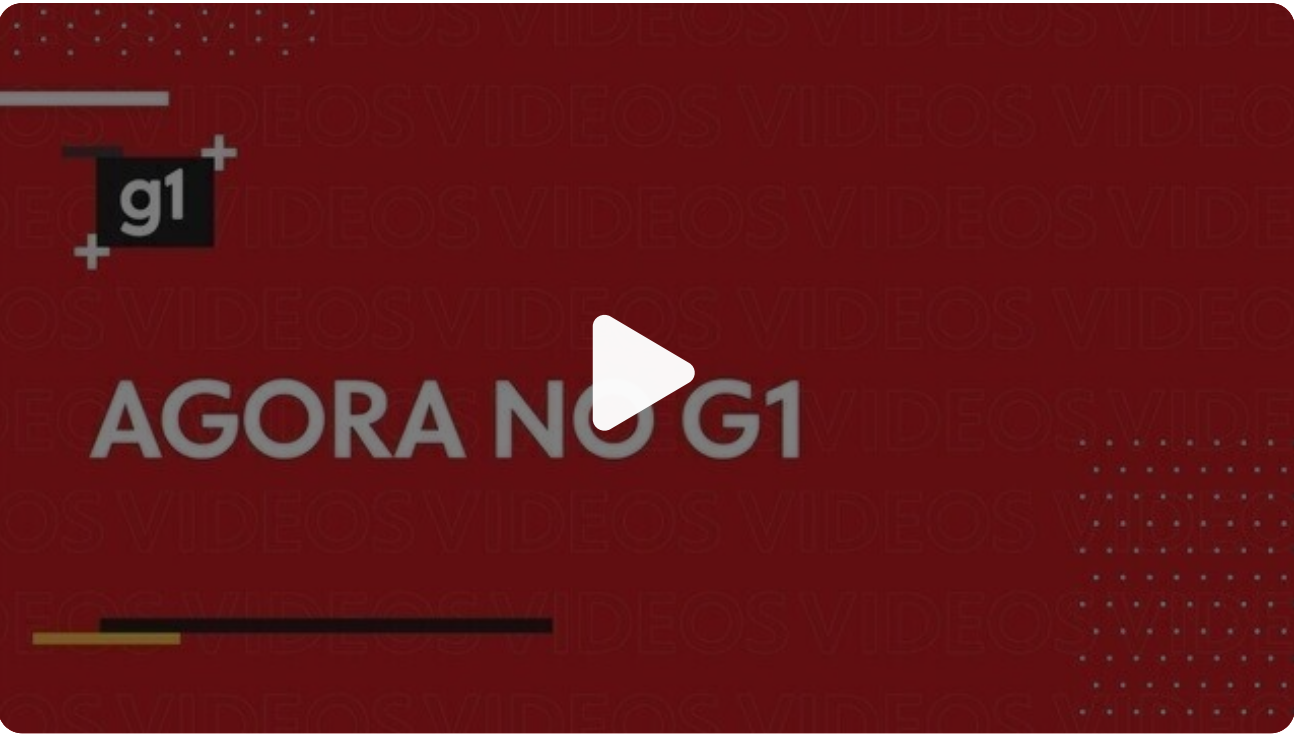
Terminal de ônibus em Campo Grande — Foto: Divulgação

A eventual venda do Consórcio Guaicurus para a empresa de Goiânia Maas Administração e Participações Ltda., integrante da HP Mobilidade, pode alterar o objetivo central da intervenção no transporte coletivo de **Campo Grande**, afirma o o advogado e interventor Alexandro Adriano Lisandro de Oliveira.

Segundo Alexandro, se o negócio for concretizado, a auditoria em andamento deixará de buscar a caducidade, o cancelamento do contrato por descumprimento, e virará apenas um relatório técnico de encerramento dos trabalhos.

 [Clique aqui para seguir o canal do g1 MS no WhatsApp](#)

 *A intervenção do consórcio começou em junho deste ano. Deste então, uma comissão interventora realiza inspeções em contas e no sistema do empreendimento. Segundo a prefeitura, a medida será mantida durante todo o processo de transição e venda.*



Agora no g1

Atualmente, a principal finalidade da auditoria é verificar falhas graves que justifiquem a extinção da concessão e a retirada da empresa do sistema.

No entanto, o interventor explica que a mudança de controle empresarial resolve o problema principal no âmbito da intervenção.

"Se não tiver conclusão, a auditoria vai ser utilizada como prova no processo. Isso poderia conduzir a uma eventual caducidade ou a recomendações de correções. Mas, se o negócio for concretizado, o relatório serve apenas para o fechamento dos trabalhos. O problema principal, que era tirar a empresa, já foi resolvido", afirmou.

O que muda na fiscalização e na auditoria

Segundo Alexandro, o levantamento de informações financeiras, contábeis e operacionais continuará normalmente até o término da intervenção.

O que muda é exclusivamente a destinação final do documento, que reúne os problemas encontrados e as providências adotadas durante o período de fiscalização.

Com a sucessão empresarial, o relatório deixará de integrar o processo administrativo como prova contra a atual gestão, mas poderá servir de base para as futuras negociações entre a Prefeitura de Campo Grande e a nova concessionária que assumir o sistema.

Apuração de responsabilidades pode continuar

Apesar do redirecionamento dentro do processo administrativo da intervenção, o interventor ressalta que a negociação privada não impede a atuação de outros órgãos fiscalizadores.

"Caso os órgãos de controle entendam que existe alguma responsabilidade da empresa ou dos administradores, eles podem agir", explicou Alexandre.

Eventuais responsabilidades civis, administrativas ou criminais poderão continuar sendo apuradas de forma independente por instituições como o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário.

Especialista faz ressalva sobre responsabilização

Para a advogada especialista em Direito Administrativo Maria Teresa Casadei, a mudança do controle acionário altera a finalidade da intervenção, mas não elimina a apuração de irregularidades passadas.

"Quando se fala em perda do objeto, essa expressão deve ser utilizada com bastante cautela. Ela pode ocorrer apenas em relação a determinadas medidas voltadas exclusivamente à administração da empresa. Contudo, isso não significa que desapareçam eventuais responsabilidades por irregularidades praticadas anteriormente".

Segundo a especialista, caso sejam constatados descumprimentos contratuais ou prejuízos ao interesse público, a Administração Municipal mantém o dever de apurar os fatos, aplicar as sanções previstas em contrato e cobrar a reparação de eventuais danos.

TCE-MS cobra explicações da prefeitura

Enquanto as negociações avançam, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS) deu prazo de dez dias para que a Prefeitura de Campo Grande preste esclarecimentos formais sobre a transação envolvendo o Consórcio Guaicurus.

A Corte de Contas exige garantias de que a futura concessionária terá capacidade de cumprir as obrigações contratuais e promover as melhorias necessárias no transporte público da capital.

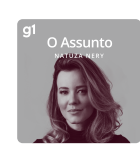
Caso as respostas não sejam enviadas no prazo ou não apresentem soluções reais, a prefeita Adriane Lopes poderá responder por responsabilização pessoal perante o Tribunal de Contas. Neste cenário, ela pode ser multada ou condenada a ressarcir os cofres públicos por eventuais prejuízos.

Em nota enviada ao **G1**, a Prefeitura de Campo Grande informou que a Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran) está elaborando os relatórios e reunindo as informações técnicas solicitadas.

Os dados serão encaminhados à Procuradoria-Geral do Município (PGM) para a resposta oficial ao Tribunal de Contas do Estado.

Veja a nota na íntegra:

"A Agência Municipal de Transporte e Trânsito (AGETTRAN) informa que está elaborando os relatórios e reunindo as informações técnicas solicitadas, que serão encaminhadas à Procuradoria-Geral do Município (PGM) para subsidiar a resposta oficial ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), dentro do prazo estabelecido".



Por dentro das convenções de Flávio, Caiado e Zema

O Assunto

00:00

38:13

Veja vídeos de Mato Grosso do Sul:

50 vídeos

CAMPO GRANDE



Resumo do dia

De segunda a sábado, as notícias que você não pode perder diretamente no seu e-mail.

Inscreva-se e receba a newsletter

Para se inscrever, entre ou crie uma conta Globo gratuita.